

Comunidades ético-político-laborais para uma sociedade democrática

Atilio Machado Peppe*

Resumo: *Objetivamos com esta comunicação apresentada no XI Colóquio Vaziano recortar uma dimensão central de nosso projeto de tese doutoral no Departamento de Filosofia da PUC-SP, sob a orientação do Prof. Marcelo Perine, intitulada “Trabalho e tecnociência na construção ético-filosófica de Lima Vaz”. Trata-se da possibilidade de desenvolvimento dos arranjos societais que denominamos “comunidades ético-político-laborais”, derivados das concretizações históricas de aspirações e formas de trabalho emancipado relacionado com ações tecnocientíficas responsáveis que expressam a natureza essencial da pessoa humana inclinada ao Bem-Viver e com as experiências democráticas consistentes das modernas sociedades ocidentais, em consonância com as exigências éticas inerentes à vida social e política dos cidadãos.*

Palavras-chave: Trabalho; Tecnociência; Ética; Democracia; Comunidades ético-político-laborais.

INTRODUÇÃO

Sempre atento à centralidade da questão do trabalho, Lima Vaz ampliou os horizontes da reflexão crítica sobre as características e os rumos da modernidade contemporânea. Reinterpretou o projeto hegeliano crucial de superação da “tragédia no ético” presente na modernidade, provocada pelo advento do “trabalho livre” viabilizado pela Revolução Industrial em conexão com a Revolução Francesa. Mas logo reconheceu no cenário contemporâneo a ampliação exponencial daquela tragédia no ético com a expansão vertiginosa da “tecnociência” e seus impactos cada vez mais perturbadores sobre o tecido ético das comunidades humanas. Propaga-se a transformação radical da organização do trabalho, da proliferação inquietante dos artefatos tecnológicos no cotidiano das pessoas, bem como, das convicções morais e condutas humanas submetidas

* Mestre em Ciência Política pela USP e Doutorando de Filosofia na PUC-SP. Comunicação realizada no XI Colóquio Vaziano da FAJE-BH, em 25 de maio de 2018. “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

a um crescente “nihilismo ético” magnificado pela cultura globalizada do individualismo consumista.

O embasamento de nosso estudo em relação à trajetória vaziana de construção de uma ética filosófica contemporânea, exige recuperar a concepção de trabalho que permeia o conjunto da obra do autor a partir de seu artigo seminal intitulado “Trabalho e Contemplação”, publicado originariamente em 1966. (LIMA VAZ, 2002 d). A mesma realidade do trabalho humano, transformado pela vertiginosa expansão contemporânea da tecnociência, perpassa, por meio de reflexões pontuais, a obra histórico-sistemática de Antropologia Filosófica do autor publicada em 1991/1992 (LIMA VAZ, 2004 e 1992, respectivamente).

Aquele artigo seminal sobre o trabalho busca construir uma definição de trabalho adequada aos novos tempos, capaz de dar o “verdadeiro sentido e o caminho para a crítica e a superação da *alienação* do trabalho” (LIMA VAZ, 2002d, 131) de modo compatível com aquilo que Lima Vaz considera “uma forma autêntica de contemplação cristã” (LIMA VAZ, 2002d, 125) no mundo contemporâneo. A contemplação é mediada pela realidade humana do trabalho, enquanto atitude espiritual considerada essencial para os que professam a fé cristã, porém conatural a todo e qualquer ser humano. Com os olhos postos naquele horizonte último da pessoa humana aberta ao Absoluto transcendente, toma como ponto de partida da conceptualização filosófica a condição empírica do ser humano que se experimenta como *sujeito situado* no mundo interrogando-se sobre o sentido da existência que encontra na realidade do trabalho uma das expressões fundamentais do seu ser. Assim, o artigo começa por explicitar a compreensão filosófica da “dialética intrínseca do trabalho” (LIMA VAZ, 2002d, p.129) quanto à sua finalidade humana que se articula na “distinção entre o *finis operis* – o fim imanente à obra produzida, em qualquer ato de produção – e o *finis operantis* – o fim estatuído pelo agente” (LIMA VAZ, 2002d, p. 127).

É em consonância com a profundidade da *relação intersubjetiva* propiciada pelo aspecto do *finis operantis* que Lima Vaz define sinteticamente o trabalho como “ato humano de transformação da natureza e, portanto, da sua humanização, vindo a constituir-se, como tal, em elemento *mediador* entre as pessoas que se comunicam através da natureza humanamente significada” (LIMA VAZ, 2002d, p. 126). Finalmente, a “autorrealização do homem” (...) se completa “na sua busca e no seu encontro com Deus [relação transcendental] no contexto mesmo do mundo da história urdido pelo trabalho (*finis operantis*)” (LIMA VAZ, 2002d, p. 137).

A relação humana de trabalho aparece, assim, intimamente imbricada com a força significante da *palavra* (RICOEUR, 1968, pp.201-224) dirigida ao outro, elevando-se à dignidade de *primeira mediação* fundante da comunicação interpessoal, da socialidade e da história construída sobre os alicerces da economia política.

1. EMERGÊNCIA DO OBJETO DE ESTUDO DE NOSSA PESQUISA

A cisão histórica fulcral apontada pela crítica filosófica hegeliana como “tragédia do mundo ético” na modernidade, suscita nos termos de Lima Vaz, expressos na obra *A formação do pensamento de Hegel* (2014), a questão fundamental que polarizou toda a pesquisa de nosso autor, “um dos temas mais estudados hoje” e que vem estimular sobremaneira o esforço da presente pesquisa: “como integrar o trabalho na vida social?”, isto é, saber “como repensar a unidade da sociedade a partir do dado fundamental do *trabalho livre* (...) que se apresenta no mercado, e não da economia escrava que reinava anteriormente”, quando o trabalho não fazia parte da autocompreensão de vida política (LIMA VAZ, 2014, pp.184-186).

Ao enunciar na segunda parte da obra supracitada essa cisão histórica que evidencia o impasse do *trabalho livre* suscitado e, ao mesmo tempo, desvalorizado pelos vetores hegemônicos de estruturação da sociedade moderna (elites socioeconômicas e culturais, tecnociência, organizações corporativas e políticas etc.) cabe ressaltar que Lima Vaz o faz em 1982 dentro de seu curso para o Mestrado de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) intitulado “A dialética da História em Hegel”. Salienta que a trágica cisão entre integração ética e sociedade moderna diagnosticada por Hegel na *Fenomenologia do Espírito* (1807) e reiterada até a *Filosofia do Direito* (1820) - “uma espécie de ponto de partida para a grande discussão do século XIX” sobre os caminhos de transformação das sociedades modernas - permanece “até hoje não resolvida. Até hoje estamos buscando solução, e parece que não foi encontrada. Há tentativas, mas solução mesmo por enquanto [nada] ...” (LIMA VAZ, 2014, p.186)¹.

Podemos entrever naquelas reticências de Lima Vaz ao início dos anos 80 uma espécie de autodesafio intelectual que impunha à sua própria produção filosófica ulterior. Aposta em continuar confiando na Razão filosófica para assegurar que o “exercício efetivo da liberdade política” (LIMA VAZ, 1980, p.28) norteie a construção de uma vida social entretecida por “*comunidades éticas*” enraizadas no *reconhecimento* recíproco entre os sujeitos das relações intersubjetivas, no *consenso* quanto à prática do bem comum e na coexistência social virtuosa entre indivíduos éticos rumo a um horizonte de solidariedade humana universal².

¹ Lima Vaz remete ao seu “resumo de todo esse problema numa comunicação para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)”, breve artigo publicado em 1980 na Revista Síntese intitulado “Sociedade civil e Estado em Hegel”. No contexto da “sociedade civil” assentada na esfera do trabalho livre e da satisfação das necessidades, “A natureza começa a aparecer como polo de relação do trabalho, e a ‘tragédia no ético’ (‘Sistema da vida ética’, 1802) surge da oposição entre a satisfação das necessidades (liberdade como arbítrio) e a totalidade ética.” (LIMA VAZ, 1980, p. 23).

² “A necessidade da Filosofia se impõe como tentativa de recomposição da unidade perdida. Aparece aí a característica do pensamento hegeliano que não é o que poderíamos chamar anacrônica, quer dizer, de um retorno a essa unidade, mas de conquista de uma nova unidade. Essa é a marca característica do pensamento hegeliano: a necessidade da relação entre Filosofia e História. A Filosofia não era necessária quando a vida se apoiava na espontaneidade das certezas imediatas, mas se tornou necessária quando houve a ruptura dessas certezas” (LIMA VAZ, 2014, p. 199).

É, pois, em diálogo com aquela intencionalidade programática da obra de Lima Vaz que o nosso projeto vem delimitar o seu *objeto de estudo*. Propomo-nos a estudar como a compreensão filosófica de Lima Vaz situa o trabalho humano correlacionado com o avanço exponencial da tecnociência no esforço de equacionamento da questão fundamental de seu projeto filosófico, que é a busca atualizada de resposta àquela questão hegeliana nodal sobre a “tragédia no ético” do mundo moderno, isto é: “como repensar a unidade da sociedade a partir do dado fundamental do *trabalho livre* [complexificado pelo avanço exponencial da tecnociência] da moderna economia de mercado”? Vale dizer: identificar e potencializar as condições factíveis de construção de um novo horizonte ético universal compartilhável que, por intermédio do reconhecimento ético operante nos processos de construção de “comunidades éticas” (“ético-político-laborais”, na expressão mais abrangente que propomos), possa corresponder ao exercício efetivo da liberdade política e a garantia dos direitos nas modernas sociedades políticas contemporâneas.

Sabemos que, infelizmente, apesar dos avanços propiciados pelo Estado do Bem-Estar Social, especialmente durante a segunda metade do século XX, prevalecem e crescem estruturalmente os impactos desagregadores de uma economia globalizada movida pela racionalidade instrumental utilitária e pela maximização dos lucros especulativos e da acumulação centralizadora de riquezas no domínio de poucos atores sociais globalizados, deixando os Estados nacionais de direito cada vez mais impotentes para regular e orientar a justa apropriação social das riquezas juntamente com o desenvolvimento dos necessários mecanismos efetivos de representação e participação política democrática.

Tendo em vista melhor nortear o caminho de perquirição traçado pelo nosso objeto de estudo, pareceu-nos necessário identificar o movimento de inteligibilidade daquilo que poderíamos denominar a “tríade dialética de realização do *Trabalho Emancipado*”. O silogismo dialético (U-P-S) que aqui configuramos para uma compreensão mais acurada do processo histórico de emancipação do trabalho e suas contradições inspira-se no itinerário dialético do Sistema filosófico hegeliano na sua consubstancialidade com a Ética, em conformidade com a interpretação de Lima Vaz (LIMA VAZ, 2006, pp.365-404).

O processo emancipatório do trabalho (incluindo suas imbricações com a tecnociência) inicia-se, pois, do ponto de vista da lógica dialética, pela posição de uma universalidade abstrata (U) do ideal do Trabalho Emancipado que, no momento seguinte, terá de passar pela negação do idealismo subjetivista preliminar, que será imposta pelas experiências históricas particulares (P) nas quais aqueles anseios humanos recorrentes de emancipação do trabalho e dos trabalhadores venham a exercer influência importante na configuração empírica de experiências particulares micro ou macrosocietárias de qualquer duração, o momento dialético da particularidade. Este, por sua vez, pressupõe o advento do movimento seguinte de suprassunção, que busca expurgar as precariedades das concretizações particulares empenhadas na potencialização do valor universal da emancipação, rumo a uma universalidade concreta ou singularidade (S) capaz de encarnar o valor universal para além das evanescentes circunstâncias particulares, com

vistas a atingir realizações superiores tanto quanto possível consolidadas. Trata-se da universalidade concreta que, a nosso ver, se expressa na constituição e na vida das “comunidades éticas” (mais exatamente, *ético-político-laborais*) de todas as dimensões organizacionais possíveis, culminância histórica possível e sempre perfectível do processo dialético de emancipação do trabalho.

Contemporaneamente, no contexto da globalização econômica (séculos XX e XXI), a síntese dialética superior representada pelo protagonismo generalizado de comunidades ético-político-laborais está, em boa parte, ligada aos rumos da dinâmica de desenvolvimento técnico-científico do paradigma *informacional* de configuração da chamada *sociedade do conhecimento* (CASTELLS, 1999, vol. I) apropriado por formas solidárias de organização da produção e dos trabalhadores, correlativas a possibilidades inéditas de emancipação do trabalho.

Na perspectiva de um trabalho emancipado correlacionado com certos vetores da tecnociência, combinação permeável à humanização das relações sociais por intermédio de comunidades éticas em construção, o desenvolvimento da tecnociência vem gerando a possibilidade de redução crescente da jornada de trabalho (DE MASI, 2000)³. Ainda é imensa a resistência das corporações econômicas e dos governos com relação às possibilidades reais de redução das jornadas de trabalho, que depende da necessária readequação dos sistemas de educação, formação profissional e lutas sindicais para essa nova realidade.

As novas formas de trabalho de caráter criativo e inteligente, para além dos movimentos repetitivos desumanizantes cada vez mais deixados à robótica e às biociências apontam para a possibilidade de um trabalho mais condizente com a dignidade humana. Infelizmente, trata-se, ainda, de uma tendência usufruída por poucos segmentos sociais, mas com potencial de grande ampliação de seus beneficiários.

É possível identificar no mundo do trabalho extravasamentos das novas possibilidades de humanização das relações de trabalho para cidadãos comuns com algum acesso aos aparatos da informática e outros instrumentos de trabalho autônomo otimizado pela disseminação de novos recursos tecnológicos e organizacionais. São ainda sinais embrionários de emancipação do trabalho, dentro das transformações produtivas em curso. De qualquer forma, instigantes para a consciência de realização pessoal e profissional que pulsa nas pessoas que sonham com uma qualidade de vida superior para si e para todos, sem se conformar com os obstáculos que cerceiam as chances de transformação civilizatória.

Os jovens de todas as camadas sociais, mais do que todos, são os primeiros a intuir as novas possibilidades de realização, ainda que de forma confusa e errática. São os primeiros a sentir repugnância e, quiçá, rejeitar, a simples reprodução do legado do trabalho degradante em suas vidas, embora tateantes quanto aos caminhos alternativos a

³ “O trabalho também deve ser, obviamente, ensinado não mais como uma obrigação opressora, mas sobretudo como um prazer criativo estimulante. E a tudo isso se deve somar a necessidade, cada vez mais imprescindível, de ensinar também o *não* trabalho, ou seja, as atividades ligadas ao tempo livre, aos cuidados e às atenções” (DE MASI, 2000, pp. 281-282).

construir. Atentam cada vez mais, em todo mundo, para as possibilidades de utilização de artefatos de alta tecnologia e respectivos códigos linguísticos que, mesmo empregados inicialmente a título de lazer, abrem campos de qualificação profissional e ocupações novas altamente valorizadas por todos os segmentos do mercado de trabalho em transformação. Desapegam-se cada vez mais do velho padrão de empregos formais de longa duração, baseados no trabalho subordinado, rumo a carreiras mais ousadas baseadas no espírito empreendedor individual e coletivo, que privilegiam valores típicos do trabalho emancipado, tais como, autodeterminação, ousadia, espírito inovador, criatividade, cultivo de redes sociais de contatos destinadas a ações de cooperação que cada vez mais desembocam na constituição de pequenos empreendimentos de economia criativa (vide, por exemplo, a crescente multiplicação de *startups*), articulados por intermédio de redes de trocas de informação, serviços e mercadorias, os quais, não raro, se associam ou se fundem com corporações maiores.

Por outro lado, no contexto da globalização contemporânea, muitos estudiosos vêm diagnosticando o aumento de indícios de desigualdades perversas nos países mais pobres, naqueles em desenvolvimento e até em certas áreas de países desenvolvidos. Portanto, o desenvolvimento socioeconômico liderado pela expansão tecnocientífica da economia é um fenômeno complexo e ambíguo, carregado de conquistas notáveis e perdas alarmantes que precisam ser continuamente avaliadas sem ingenuidades, anátemas, ideologizações políticas e maniqueísmos fáceis.

2. A COMUNIDADE ÉTICA NO CENTRO DA REFLEXÃO FILOSÓFICA VAZIANA

Nossa pesquisa procura deixar bem estabelecido o conceito filosófico de “comunidade ética” para identificarmos, em cada período e lugar geográfico da história a eventual culminância do movimento dialético de concretização do trabalho emancipado no seio daquilo que estamos denominando “comunidades ético-político-laborais”. No capítulo referente ao “problema da comunidade ética” de sua obra *Filosofia da Cultura*, Lima Vaz lembra que

A experiência milenar das sociedades humanas logrou constituir, no curso da história, formas diversas de comunidades éticas, como a família, os clãs, os grupos religiosos, as unidades etnoculturais, [associações diversas da sociedade civil] e mesmo, mais tardiamente, as unidades nacionais, em que os indivíduos podiam encontrar (...) uma resposta razoável às suas necessidades [materiais] e simbólicas (LIMA VAZ, 1997, p. 142).

Lima Vaz insiste na transposição da relação antropológica de *intersubjetividade* para o universo da ética por intermédio da construção da *comunidade ética* na qual se dá

a efetivação existencial do reconhecimento entre os sujeitos da ação. A luta pelo reconhecimento, no confronto de interesses em jogo, pode conduzir a progressivos níveis de *consenso*, desde o *encontro interpessoal* típico da *amizade*, passando pelo *consenso espontâneo* do *existir intracomunitário*, até o *consenso reflexivo* intra-societário próprio da *sociedade política* com suas estratificações e regras institucionais que condicionam profundamente as formas de organização do trabalho e de desenvolvimento da tecnociência, ao mesmo tempo em que são condicionadas por estes últimos (LIMA VAZ, 1992, pp.70-79).

Na *vida ética*, existência ética concreta do indivíduo e da comunidade, torna-se possível o progresso da *liberdade* pela livre adesão ao Bem na construção de *comunidades éticas* sadias – que, a nosso ver, são, simultaneamente, nas sociedades atuais, comunidades *políticas* e *laborais*.⁴ Dá-se aí a constante interação – também em forma de luta ou disputa de interesses – entre os sujeitos éticos pelo *reconhecimento* e contra o desprezo da dignidade da pessoa humana nas múltiplas situações sócio-históricas, quando as conflitivas relações de trabalho frequentemente injustas e a crescente dominância da racionalidade instrumental da tecnociência tendem a abalar os equilíbrios possíveis da *vida ética* em sociedade. É nesse campo da *vida ético-político-laboral* que se decide a concretização da dignidade da pessoa humana, que deve se traduzir, dentre outros bens visados pela ética, na conquista da emancipação do trabalho e no desenvolvimento responsável da tecnociência em concomitância com a humanização dos contextos sociopolíticos e econômicos. Do ponto de vista axiológico, a noção de *comunidade ética* também pode ser considerada uma espécie de ideia reguladora útil para guiar uma ortopráxis social (PEPPE, 2017, p. 65).

Atento para com os “ensaios de democracia” protagonizados por movimentos sociais e comunidades éticas emergentes nos anos 80, Lima Vaz formulava uma conclusão significativa no editorial da revista Síntese (1985) intitulado “Democracia e Sociedade”:

Na ‘transição democrática’ brasileira fica, pois, levantada a disposição da nossa sociedade para empreender a reforma moral do Estado e atender às exigências éticas do projeto democrático. De um lado a terrível herança da corrupção generalizada que constitui o mais maléfico legado do hiato autoritário (...). Mas, de outro, ergue-se diante de nós uma enorme esperança, alimentada pela multiplicação das práticas populares de solidariedade, pela difusão de formas múltiplas de consciência participativa, ou seja, por ensaios de democracia vivida na sua mais alta exigência ética. É por esse caminho, cremos, que deverá afinal transitar o destino da democracia entre nós e, com ele, o destino da liberdade (LIMA VAZ, 1985, pp. 13-14).

⁴ LIMA VAZ aprofunda a discussão sobre “O problema da comunidade ética”, capítulo de *Escritos de Filosofia III – Filosofia da Cultura*, Coleção de Filosofia, São Paulo, Edições Loyola, 1997, pp. 139-151.

3. A NOÇÃO AMPLIADA DE COMUNIDADES ÉTICO-POLÍTICO-LABORAIS

Na acepção do horizonte ético propugnado pela filosofia vaziana, as “comunidades ético-político-laborais” que estamos explicitando, são uma derivação do conceito mais usual de “comunidades éticas”. São produzidas por diferentes sociedades e culturas, com forte influência de ações coletivas imbricadas, na medida do possível, com valores, normas, organizações e instituições promotoras de trabalho emancipado e tecnociência responsável, avessas às frequentes distorções alienantes supervenientes.

Como vimos, ao longo da história das civilizações, no seio dos agregados territoriais das sociedades humanas proliferaram inúmeras formas de comunidades éticas tradicionais inclinadas a responder às necessidades materiais e simbólicas das pessoas e grupos, tais como, a família, os clãs, grupos religiosos, unidades etnoculturais etc. Contemporaneamente, a par do refluxo daquelas comunidades éticas tradicionais enfraquecidas pela expansão da civilização tecnológica, emergem do interior de macrocomunidades nacionais - ou até de certos blocos transnacionais de países parceiros, como por exemplo a união europeia - microcomunidades ético-político-laborais concretizadas nas formas heterogêneas de organização dos diferentes setores da vida social, tais como: o *trabalho* (empreendimentos produtivos ou empresas de todos os portes, cooperativas, sindicatos, centrais sindicais, federações de trabalhadores e patronais, associações profissionais etc.), a *tecnociência* (institutos superiores de educação e pesquisa, laboratórios, associações especializadas), *educação* (escolas, universidades, entidades de profissionais da educação), *saúde* (hospitais, laboratórios, associações profissionais), *organizações sociais* (associações populares, ONGs, movimentos sociais), *esporte, arte e cultura* (clubes, associações informais e profissionais), *mídia* (grupos midiáticos, veículos de informação), *redes sociais* diversas etc. Trata-se, bem entendido, do cultivo de laços comunitários em sentido lato, geralmente difusos, laços nem sempre predominantes na estrutura e nas práticas dessas organizações, porém efetivos e eficazes. Qual é o cidadão e o profissional que hoje não se identifica pela sua pertença e/ou exclusão em relação a tais comunidades enquanto organizações portadoras de laços comunitários ético-político-laborais significativos?

No corpo de nossa tese, ao estudar a dialética histórica do trabalho emancipado, teremos a oportunidade de demonstrar como tais organizações se configuram e podem atuar eficazmente como autênticas comunidades ético-político-laborais de nosso tempo, mesmo que diferenciadas das formas tradicionais de comunidades éticas e, apesar de portarem algumas características e práticas frequentemente destoantes de um horizonte ético solidário e humanizante. Veremos que é justamente a dimensão laboral inerente às mesmas que muitas vezes tende a conferir-lhes traços éticos e políticos auspiciosos.

Em sintonia com o pensamento de Lima Vaz, acreditamos que a superação dos modos de desenvolvimento produtivistas-utilitaristas pela possível implementação de formas humanizadas de solidariedade produtiva articuladas com a transformação sócio-político-cultural demanda a construção consistente dos arranjos societais que,

analogicamente, denominamos “Comunidades Ético-Políticas-Laborais” de cidadãos e trabalhadores livres e racionais, em condições de maximizar caminhos de humanização do convívio social. Dessa forma, o potencial libertador do trabalho permeado pelo avanço da tecnociência inscrito na atividade humana articulado com formas de ação política consciente, pode, progressivamente, se efetivar como emancipação do trabalho, do trabalhador e dos empreendedores em relação a todas as formas de alienação, disseminando aquilo que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) propugna como implementação do “trabalho decente” em todos os níveis das sociedades. Para vivenciarmos tudo isso, não precisamos ficar esperando eventuais revoluções ou reformas sociopolíticas, porque se trata, sobretudo, da acumulação de experiências cotidianas do trabalhador e cidadão.

Essa noção de *Comunidade Ético-Político-Laboral* guarda íntima analogia com a categoria consagrada de “Comunidade Ética” (LIMA VAZ, 1997, pp.139-151⁵. Mas, a nosso ver, ressalta o movimento dialético de elevação da experiência laboral (imbricada com a técnica e, modernamente, com a tecnociência) do plano objetivo em que se origina para o plano superior da socialização intersubjetiva própria da comunidade política no qual se desenvolvem as interações mais avançadas da reciprocidade intersubjetiva (LIMA VAZ, 1992, pp. 49-91; 2004, pp.67-94; 175-206) socialmente organizada na eticidade concreta do ser-com-os-outros-no-mundo. Desse modo, pretende evidenciar o papel da experiência laboral enquanto realidade constitutiva dos processos de reconhecimento intersubjetivo e de suas objetivações culturais que constroem a *comunidade ética* almejada pela filosofia de Lima Vaz.

Pretendemos, com isso, ressaltar que, desde o estágio social elementar da relação objetiva de Trabalho, já naquela primigênia luta laboral contra a exterioridade não-recíproca da Natureza, ela se revela, ao mesmo tempo, comunicativa, isto é, afirmação do sujeito espiritual trabalhador pela transformação/humanização da natureza e satisfação das necessidades *Emergem aí desde logo experiências embrionárias de politicidade* que prenunciam e, não raro, suscitam as exigências superiores de organização institucional da sociedade política regida pela universalidade da lei, a necessária imbricação com a relação intersubjetiva de Trabalho que deverá expandir-se na esfera da comunidade política. Desde aquela esfera objetiva primigênia do trabalho, emergem: as ações intelectivas, organizacionais, cooperativas e competitivas e, mesmo, conflitivas, específicas do ambiente laboral apoiadas nas condições tecnocientíficas objetivas (*techné* e *póesis*) de cada tempo e lugar, bem como, lutas sociais de base, em tensão com os detentores dos meios de produção e potestades políticas, pelo reconhecimento dos direitos trabalhistas de proteção e valorização do trabalho. Estes, na perspectiva da comunidade política, se traduzirão em legislação e instituições trabalhistas governamentais, associações profissionais, mecanismos de cooperação produtiva etc. Portanto, essas múltiplas formas específicas de ação do mundo do trabalho mostram-se desde logo capazes de articular-se

⁵ Mais recentemente, destaca-se a tese de SOUSA, Maria Celeste de - *Comunidade ética – Sobre os princípios ontológicos da vida social em Henrique Cláudio de Lima Vaz*, São Paulo, Edições Loyola, Coleção Estudos Vazianos, 2014.

com a razão prática para além dos limites instrumentais da *razão poiética* do simples saber fazer confinado numa concepção redutiva da relação objetiva de Trabalho.

Com efeito, fica evidente que não se pode dar conta dos sentidos polifacéticos do trabalho (ao lado da tecnociência) nas sociedades capitalistas pelo apego dogmático às categorias redutivistas de trabalho real visto como essencialmente alienado – segundo o marxismo ortodoxo – ou desse trabalho como mero fator instrumental de produção – conforme a leitura dominante do economicismo liberal.

4. SOCIEDADE DEMOCRÁTICA EM FACE DAS COMUNIDADES ÉTICO-POLÍTICO-LABORAIS

Interessa-nos, nesta pesquisa, ressaltar que o empenho pela implementação dos valores básicos do “horizonte histórico-cultural da experiência democrática ocidental” (JAGUARIBE, 1985, p. 6 e 112), valores operantes que permeiam ações coletivas de determinadas organizações e movimentos sociais, pode incrementar a participação ativa e responsável dos cidadãos na condução da coisa pública. Esse elã pulsa nas entranhas daquelas comunidades ético-político-laborais inter-relacionadas entre si e com a construção histórico-social da macrocomunidade nacional consubstanciada na sociedade em rede e no Estado democrático de direito. Há que repensar essas interações auspiciosas entre as chamadas ‘democracias representativas’ e as novas formas de participação direta da cidadania. Tal foi o objeto de nossa etnografia política para o mestrado de Ciência Política na USP (PEPPE, 1992)⁶, no âmbito da grande eclosão de movimentos sociais urbanos dos anos 80 e 90 (PEPPE, 2017, p.64).

O pensamento vaziano propugna uma inequívoca interpenetração entre o político e o econômico no interior da dialética da socialização humana. A dinâmica econômica da “sociedade civil” é considerada uma dimensão necessária do político na construção da relação intersubjetiva de reconhecimento, comportando em si a responsabilidade de orientar o trabalho e a tecnociência para além da satisfação imediata de necessidades e afirmação de interesses particularistas. Essa dimensão material da vida é constitutiva da liberdade racional comunicativa que se concretiza no exercício da liberdade política participativa dentro dos processos decisórios do Estado democrático de direito em prol do bem comum. Sem cidadãos autônomos moralmente imbuídos de seus direitos e deveres políticos, sobretudo trabalhadores emancipados, bem como profissionais da tecnociência cômicos de suas responsabilidades, efetivamente inseridos em comunidades ético-político-laborais proativas, não subsiste moralidade consistente, liberdade política, igualdade socioeconômica e nem solidariedade social efetivas.

Em favor da adequada compreensão do processo vaziano-hegeliano de construção da comunidade política, que culmina na comunidade ética democrática, pode trazer-nos alguma ajuda a abordagem do filósofo Elton Vitoriano Ribeiro no seu livro

⁶ O resumo está disponibilizado no “Blog do Atilio Peppe” (www.atiliomp.com.br).

Reconhecimento ético e virtudes (RIBEIRO, 2012, pp.96-101). Elton Ribeiro apoia-se no pensamento de Francisco Javier Herrero no artigo “Socialidade humana e democracia” (HERRERO, 2006, pp. 105-134) que explicita o itinerário de “realização do homem na sociedade democrática”, proposto por Lima Vaz conforme dois estudos publicados pela revista Síntese (LIMA VAZ, 1985 e 1988), “em três direções radiais: (1) Liberdade e sistema econômico – socialização material do homem; (2) Liberdade e sistema político – socialização política do homem e (3) Liberdade e sistema democrático – socialização ética do homem.

Queremos salientar o enfeixamento dessas “direções” de realização humana democrática sob a categoria compreensiva de *socialização*. Não obstante certo formalismo didático, a explicitação daquela classificação triádica não perde de vista a necessária inter-relação lógico-dialética dos momentos constitutivos da sociedade política e, concomitantemente, da relação de trabalho nas acepções objetiva e intersubjetiva. Evita-se, assim, o risco do esquematismo analítico reducionista que diminui o valor político intrínseco da vida econômica enraizada no trabalho e na tecnociência.

O nível do Estado de direito é pressuposto necessário para a passagem da sociedade ao *terceiro nível*, o momento dialético superior do Estado democrático, ou ainda chamado *comunidade democrática*. É esta sociedade política em sentido estrito que a história moderna erigiu no curso do século XIX, a partir do Estado liberal, que constituirá a emergência decisiva da Comunidade Ética. O Estado de direito, oriundo das monarquias nacionais européias desde o século XII, é necessário, mas não suficiente para a caracterização do Estado democrático, já que este requer uma justiça política aprofundada pela liberdade autodeterminada e participante dos cidadãos nas discussões e decisões em torno do bem comum, envolvendo o compromisso da responsabilidade pessoal do cidadão. E, em meio a tal discussão, colocando-se os protagonistas do mundo do trabalho e da tecnociência em interação efetiva com os demais atores políticos e instituições da democracia, ressurgem as questões do trabalho e da tecnociência em um patamar muito mais profundo e impactante de realização ético-político-laboral compartilhada entre cidadãos livres da sociedade política (RIBEIRO, 2012, pp.98-99).

É no nível da comunidade política democrática que a ação é estritamente especificada pelo ético, como resposta da consciência moral do cidadão ao apelo de sua consciência política, cujo desafio fundamental vai além da justiça nas leis. Refere-se, sobretudo, “à justiça na alma ou na consciência moral do cidadão, como disposição permanente ou virtuosa de empenhar participativamente sua liberdade nas tarefas do bem comum”. A essência moral da democracia impõe aos Estados democráticos de direito buscar, simultaneamente, em referência aos três momentos de socialização: solução justa e razoável ao problema da satisfação das necessidades; assegurar igualdade política como direito ao reconhecimento sob o império da lei; o empenho participativo da liberdade autonormatizada como expressão da consciência moral nas tarefas do bem comum (LIMA VAZ, 1988, pp. 19-21).

Portanto, nessa inequívoca interpenetração entre o político e o econômico no interior da dialética da socialização humana, a dinâmica econômica da “sociedade civil”

se torna uma dimensão necessária do político na construção da relação intersubjetiva de reconhecimento, integrando o trabalho e a tecnociência para além da satisfação de necessidade e afirmação de interesses individuais. Tende a afirmar-se como expressão mediadora da liberdade racional comunicativa, concretizada no exercício da liberdade política participativa no Estado democrático de direito.

Parece inadequado negar às relações de trabalho e de desenvolvimento tecnocientífico, operantes nos ambientes e organizações das mesmas, sua pertença constitutiva aos processos de construção de Comunidades Ético-Políticas, por mais que tais organizações sejam condicionadas por mecanismos espúrios de macrosistemas socioeconômicos liberais ou estatistas. Inobstante o conteúdo instrumental, utilitário e competitivo que pervade tais instâncias, elas somente se concretizam por meio de convivência humana colaborativa, cooperação laboral sistemática, articulações políticas, desenvolvimento da personalidade ética e das virtudes que frequentemente ajudam a modelar a pessoa responsável e o cidadão proativo da vida democrática. A debilidade dessas virtudes operosas na personalidade do indivíduo dificulta imensamente a emergência e a coerência do cidadão responsável. Tais virtudes adquiridas sobretudo na experiência laborar (que inclui o esforço intelectual) forjam, no mínimo, hábitos e atitudes indispensáveis ao exercício livre e responsável da cidadania, que podem e devem ser canalizados para o aperfeiçoamento das instâncias micro e macrosociais da sociedade política. Não se pode exacerbar a dicotomia entre luta pela satisfação das necessidades e afirmação de interesses particularistas típicos da vida econômica, em confronto com um idealizado mundo ético-político extramercado formado por “homens políticos” avessos às labutas do trabalho.

5. À GUIA DE CONCLUSÃO

Certas visões imanentistas da história, especialmente do materialista-histórico fundamentalista, tecem uma crítica absoluta à formação e desenvolvimento do sistema capitalista como radicalmente impossibilitador de trabalho efetivamente emancipado, o qual só poderia advir da instauração revolucionária daquele “reino da liberdade”, necessariamente posterior à superação do capitalismo, por outro modo de produção sem classes sociais e sem propriedade privada dos meios de produção. Contudo, é importante lembrar que o maior expoente dessa visão crítica radical contra o capitalismo, Karl Marx (1818-1883), com seu notável apreço pelo realismo analítico, baseava suas expectativas de advento da sociedade comunista consumada num reconhecimento preliminar dos ganhos advindos do capitalismo enquanto sistema que libertou as forças produtivas para possibilidades inusitadas capazes de tornar o trabalho da era industrial livre das coerções impostas à maioria das populações da Terra pelos sistemas econômicos pré-modernos sustentados nos extremos da exploração do homem pelo homem por meio dos regimes laborais de escravidão e servidão.

Em contraposição àquele traço messiânico do pensamento marxiano, bem como, repudiando a idolatria mercadológica predatória do pensamento liberal, a nossa visão, alinhada com o pensamento de Lima Vaz, atribui as chances de transformação social progressista antes de tudo ao crescimento teórico e prático de uma *consciência histórica* (pessoal e coletiva) que pode integrar, desde já e ao longo dos diversos tempos e lugares, a emancipação do trabalho e dos trabalhadores no bojo de um amplo processo histórico-civilizacional de construção de “comunidades ético-político-laborais” concretas pautadas em finalidades e virtudes do bem-viver compatíveis com avanços éticos e políticos da vida em sociedade. Trata-se, acima de tudo, de um potencial de desenvolvimento identificável na estrutura antropológica da pessoa humana como ser-com-os-outros-no-mundo dotada de liberdade racional ampla para questionar o dado, elaborar saídas alternativas e construir formas superiores de realização e convívio social.

Acreditamos, pois, que os germens da emancipação do trabalho e de uma tecnociência construtiva, pautados por exigências éticas adequadas aos desafios dos novos tempos, já estão agindo eficazmente, a todo momento e em muitos lugares, contra forças corrosivas de perpetuação e aprofundamento da degradação do trabalho e da tecnociência. O impulso de libertação inscrito na consciência humana continua ativo, com maior ou menor vigor, conforme os avanços pessoais e coletivos dos processos de aprofundamento dessa consciência crítica traduzida em ações libertárias.

Na perspectiva filosófica, a nosso ver, mais consistente de uma história indeterminada e permeada de possibilidades de interações livres razoáveis, independentemente da suposta inevitabilidade de qualquer sistema socioeconômico, já podemos contar desde logo por toda parte do mundo com vários espaços concretos de instauração e crescimento do trabalho emancipado aliado a um desenvolvimento responsável da tecnociência. Tudo isso, vinculado à dinâmica do desenvolvimento cotidiano de *comunidades ético-político-laborais* situadas no contexto de macrocomunidades nacionais e até plurinacionais, sobretudo aquelas organizadas no bojo de autênticos Estados democráticos de direito.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel - *A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura – Volume I*, São Paulo, Paz e Terra, 2ª edição, 1999.

DE MASI, Domenico - *O ócio criativo*, Rio de Janeiro, Sextante, 2000.

HERRERO, Francisco J. – “Socialidade humana e democracia”, *Estudos de ética e filosofia da religião*, São Paulo, Loyola, 2006.

JAGUARIBE, Hélio. “O experimento democrático na história ocidental”, in JAGUARIBE, H. /et al/, *Brasil, sociedade democrática*, Rio de Janeiro, J. Olympio, Col. Documentos Brasileiros, v. 198, 1985.

LIMA VAZ, H. C. de - “Categoria da Intersubjetividade” in *Antropologia Filosófica II*, São Paulo, Edições Loyola, Coleção Filosofia – 22, 1992, p. 49-91.

LIMA VAZ, H. C. de - “O problema da Comunidade Ética” in *Filosofia e Cultura – Escritos de filosofia III*, São Paulo, Edições Loyola, Coleção Filosofia, 1997.

LIMA VAZ, H. C. de – *Escritos de Filosofia III – Filosofia da cultura*, São Paulo. Edições Loyola, Coleção Filosofia – 42, 1997.

LIMA VAZ, H. Cláudio de - .”Sociedade civil e Estado em Hegel”, Belo Horizonte, Revista Síntese, v.7, n.19, 1980.

LIMA VAZ, H. Cláudio de – “Democracia e dignidade humana”, Síntese Nova Fase, Rio de Janeiro, nº 44, 1988, pp. 11-25.

LIMA VAZ, H. Cláudio de – “Democracia e sociedade”, Rio de Janeiro, Síntese, nº 33, 1985, pp. 5-14.

LIMA VAZ, H. Cláudio de – “Modelo historicista: o idealismo alemão e a ética de Hegel” in *Introdução à ética filosófica I*, Escritos de filosofia IV, São Paulo, Edições Loyola, 3ª edição, 2006.

LIMA VAZ, H. Cláudio de - *A formação do pensamento de Hegel*, São Paulo, Edições Loyola e FAPEMIG, Obra filosófica inédita de Lima Vaz, 2014.

LIMA VAZ, H. Cláudio de – *Antropologia filosófica I*, São Paulo, Loyola, 7ª edição, 2004.

LIMA VAZ, H. Cláudio de - *Antropologia filosófica II*, São Paulo, Loyola, 1992.

LIMA VAZ, H. Cláudio de – *Introdução à Ética Filosófica 1 – Escritos de Filosofia IV*, São Paulo, Loyola, 3ª edição, 2006.

LIMA VAZ, H. Cláudio de - *Introdução à Ética Filosófica 2 – Escritos de Filosofia V*, São Paulo, Loyola, 2ª edição, 2004.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de - “Trabalho e contemplação” in *Escritos de Filosofia I – Problemas de Fronteira*, São Paulo, Edições Loyola, 3ª ed., 2002d.

MARTIN, Hans Peter e SCHUMANN, Harald – A sociedade 20 por 80, in *A armadilha da globalização – O assalto à democracia e ao bem-estar social*, 1988.

PEPPE, Atilio Machado – “Ética e política: encontro possível e necessário”, Revista eletrônica Annales FAJE, Belo Horizonte, v.2, nº 2, 2017, pp. 55-66.

PEPPE, Atilio Machado. *Associativismo e Política referidos ao caso da Favela Santa Marta (1941-1991)*, Rio de Janeiro, mimeo, 1992, 544 p.

RIBEIRO, Elton Vitoriano – *Reconhecimento ético e virtudes*, São Paulo, Edições Loyola, 2012, Coleção Estudos Vazianos.

RICOEUR, Paul - “Trabalho e palavra” in *História e Verdade*, Rio de Janeiro, Companhia Editora Forense, trad. F. A. Ribeiro, 1968.

RIFKIN, Jeremy - *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global do trabalho*, São Paulo, Makron Books, 1995.

SOUSA, Maria Celeste de - *Comunidade ética – Sobre os princípios ontológicos da vida social em Henrique Cláudio de Lima Vaz*, São Paulo, Edições Loyola, Coleção Estudos Vazianos, 2014